



AZ@BXL

Número: 295 Data: 2023.12.09

No título: [Trilho das Baías da Aqualva](#)

Nota: A [série](#) atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). A oitava edição explora o [Trilho da Baía da Aqualva](#), um percurso na costa norte da ilha Terceira, entre Aqualva e Quatro Ribeiras, parte integrante da área protegida para a gestão de habitats ou espécies. Destaca-se a Alagoa da Fajãzinha que constitui um dos melhores exemplos de uma fajã de preenchimento dos Açores. Esta fajã constitui uma antiga baía preenchida por sedimentos transportados pelo curso de água que ali desagua (a Grota da Lagoa) e que está demarcada litoralmente por uma praia de calhaus rolados. A [Alagoa da Fajãzinha](#) é um geossítio do Geoparque Açores – Geoparque Mundial da UNESCO.

Neste local, poderá apreciar a paisagem tipicamente açoriana composta por pastagens delimitadas por muros de pedra. O percurso continua por uma linha de água, ideal para ver e ouvir algumas das espécies da avifauna terrestre presentes, nomeadamente as subespécies de passeriformes endémicos dos Açores: tentilhão (*Fringilla coelebs moreletti*) e melro (*Turdus merula azorensis*). Continue em direção à Alagoa da Fajãzinha, siga as marcas até à praia de calhau rolado e, posteriormente, suba a arriba à esquerda onde a espécie vegetal dominante é a urze (*Erica azorica*). No cimo da arriba, com um pequeno desvio à esquerda, encontra um pequeno miradouro de onde pode ver a praia de calhau rolado desta fajã. Prosseguindo o trilho, é possível observar o processo de colonização de campos de lava por matos costeiros de urze. Chegará a um entroncamento, onde, antes de continuar o percurso pela esquerda, poderá fazer um pequeno desvio até ao miradouro que fica do lado direito. Aqui, contemple as baías onde se destacam extensas áreas de arriba, com fenómenos de disjunção prismática do basalto.

Siga pelo caminho até entrar numa zona constituída por matos macaronésios costeiros, onde é possível ver raros exemplares de cedro-do-mato (*Juniperus brevifolia*) de baixa altitude. Continue ao longo da falésia passando pela Baía das Pombas, local privilegiado para observação de aves, com a presença de garajaus-comuns (*Sterna hirundo*) no verão, e o pombo-da-rocha (*Columba livia atlantis*) e o pombo-torcaz dos Açores (*Columba palumbus azorica*) durante todo o ano. Prossiga até à Ponta do Mistério de onde é possível avistar a Ponta das Quatro Ribeiras, e contorne a falésia até atingir a estrada regional, local onde termina o percurso.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Objetivo 55: legisladores chegam a acordo sobre a proposta de revisão da Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios](#)

[Pacote do gás: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre o futuro mercado do hidrogénio e do gás](#)

[Inteligência Artificial: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre as primeiras regras do mundo para a IA](#)

[Acordo sobre novas regras da UE para tornar os produtos sustentáveis](#)

[UE subscreve declaração internacional sobre clima e saúde na COP28 durante o Dia Mundial da Saúde](#)

[Conselho chega a acordo sobre como atrair e reter talentos no domínio da investigação, inovação e do empreendedorismo](#)

[Conselho aprova acordo de pesca entre a UE e o Reino Unido para 2024](#)

[Comissão Europeia propõe novas regras para melhorar o bem-estar dos animais](#)

[Eurobarómetro: luta contra a pobreza é prioridade e interesse nas europeias aumenta](#)



10 e 11 de dezembro



Conselho (Agricultura e Pescas)

Os ministros das Pescas procurarão chegar a um acordo político sobre a proposta relativa às possibilidades de pesca no Atlântico e no mar do Norte para 2024 e, no caso de algumas unidades populacionais, também para 2025 e 2026, bem como sobre a proposta relativa às possibilidades de pesca no mar Mediterrâneo e no mar Negro para 2024.

No que se refere à Agricultura, os ministros debaterão a situação do mercado, também à luz da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e trarão ainda em sessão pública um debate sobre o primeiro ano de execução dos planos estratégicos da PAC, com base nas informações da Comissão e da Presidência. O Conselho procurará chegar a uma orientação geral (posição comum dos Estados-Membros) sobre a proposta de regulamento relativo às novas técnicas genómicas e a Presidência apresentará publicamente aos ministros um relatório intercalar sobre a proposta relativa à utilização sustentável dos pesticidas e informará os ministros sobre os progressos realizados no que diz respeito às propostas relativas aos materiais de reprodução vegetal e florestal e prestará ainda aos ministros informações atualizadas, fazendo o ponto da situação da revisão das Diretivas "Pequeno-Almoço". Poderá acompanhar [aqui](#) os pontos da agenda que decorrerão em sessão pública.

11 de dezembro



Conselho dos Negócios Estrangeiros

O Conselho dos Negócios Estrangeiros, presidido pelo alto representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, [terá](#) início às 9h30, com uma troca informal de pontos de vista com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro **Kuleba**. De seguida, o Conselho debaterá a **agressão russa contra a Ucrânia** e a **situação em Israel, na Faixa de Gaza e na região**. Os ministros trocarão opiniões sobre o **Sael** e sobre a **dimensão de política externa da segurança económica**.

A reunião do Conselho será precedida de um pequeno-almoço informal com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Arménia, Ararat **Mirzoyan**, e seguida da **reunião ministerial da Parceria Oriental**. No domingo, 10 de dezembro, os 27 ministros dos Negócios Estrangeiros da UE serão convidados para um jantar informal sobre a Bielorrússia com a líder das forças pró-democráticas bielorrussas, **Sviatlana Tsikhanouskaya**.

11 a 14 de dezembro



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

Os parlamentares europeus estarão reunidos, em Estrasburgo, para a última sessão plenária de 2023, podendo consultar [aqui](#) a versão definitiva da agenda da reunião e os [principais destaques](#) desta sessão, bem como [acompanhar a sessão plenária em direto](#).

12 de dezembro



Conselho dos Assuntos Gerais

Os ministros **prepararão a reunião do Conselho Europeu de 14-15 de dezembro de 2023** analisando o projeto de conclusões ([projeto de ordem do dia anotada](#)). O Conselho debaterá **conclusões** sobre a avaliação do seu **diálogo anual sobre o Estado de direito; o alargamento; a gestão das alterações demográficas** na Europa.

Os ministros farão o balanço das negociações relativas a um **acordo de associação com Andorra e São Marinho**. O Conselho debaterá também um **pedido apresentado pela Espanha no sentido de alterar o Regulamento n.º 1/1958** a fim de incluir o catalão, o basco e o galego no regime linguístico da UE, tendo em vista a respetiva adoção. A Presidência espanhola e a próxima Presidência belga apresentarão o **roteiro para o Semestre Europeu de 2024**.

13 de dezembro



Comissão Europeia lança concurso de vídeos para alunos do ensino secundário «ImagineEU»

A Comissão Europeia [lançou](#) o convite à apresentação de candidaturas para a iniciativa «ImagineEU», um concurso aberto aos estudantes dos dois últimos anos do ensino secundário. Os estudantes de toda a UE são convidados a criar e partilhar vídeos curtos que apresentem as suas ideias para



Comissão Europeia está a recrutar tradutoras e tradutores

A Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia [publicou](#) um [convite](#) à manifestação de interesse para a constituição de uma lista de aptidão de tradutores/as de língua portuguesa para os seus serviços em Bruxelas e no Luxemburgo. O procedimento de seleção inclui a prestação de provas pelos candidatos e candidatas que preencham as condições mínimas de candidatura. No termo do processo de seleção será elaborada uma lista de aptidão com as pessoas aprovadas, de acordo com as regras aplicáveis.

As pessoas incluídas na lista de aptidão poderão ser convidadas a integrar os serviços do Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução, em Bruxelas ou no Luxemburgo, com um contrato de agente temporário a termo certo (com duração de quatro anos, renovável por mais dois anos). Mais informações [aqui](#).



Cimeira UE-Balcãs Ocidentais

A cimeira [constitui](#) uma oportunidade para reafirmar a **perspetiva de adesão dos Balcãs Ocidentais à UE**, bem como a necessidade de os parceiros realizarem reformas sustentadas e irreversíveis, tendo por base os valores e princípios da UE. Os principais temas em debate serão os seguintes aprofundar o seu **compromisso** político e estratégico com os Balcãs Ocidentais; aproximar mais os parceiros dos Balcãs Ocidentais da UE e fazer avançar a **integração gradual**; construir uma **base económica** para o futuro e atenuar o impacto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia; reforçar a segurança e criar resiliência. Os dirigentes deverão emitir uma **declaração** no final da cimeira.

14 e 15 de dezembro



Conselho Europeu

Os Chefes de Estado e de Governo da União Europeia [estarão](#) reunidos em Bruxelas para debater os seguintes pontos: [resposta da UE à invasão da Ucrânia pela Rússia](#); [solidariedade da UE com a Ucrânia](#); [política de alargamento da UE](#); [orçamento de longo prazo da UE](#); [cooperação da UE em matéria de segurança e defesa](#).

18 de dezembro



Conselho (Ambiente)

Os ministros do ambiente da União Europeia [irão](#) tentar chegar a uma posição comum relativa ao Regulamento relativo a embalagens e resíduos de embalagens, que altera o Regulamento (UE) 2019/1020 e a Diretiva (UE) 2019/904 e que revoga a Diretiva 94/62/CE. Haverá igualmente um debate de orientação respeitante à Diretiva relativa à monitorização e à resiliência do solo. A Comissão Europeia apresentará ainda a sua avaliação referente aos planos nacionais em matéria de energia e clima.

31 de dezembro



Novo Bauhaus Europeu: estão abertas as candidaturas à apresentação de eventos satélite no âmbito do Festival do Novo Bauhaus Europeu

A Comissão Europeia [abriu as candidaturas](#) à apresentação de eventos satélite no âmbito do Festival do Novo Bauhaus Europeu. O festival, que se realizará em abril de 2024, reunirá pessoas de diversas origens em *workshops*, atividades e eventos satélite para debater e moldar o futuro. O convite à apresentação de eventos satélite está aberto até 31 de dezembro de 2023.

12 de janeiro



Nova ferramenta de aconselhamento para as Regiões Ultraperiféricas da UE

A ferramenta de aconselhamento para as regiões ultraperiféricas da UE foi criada pela Comissão Europeia para prestar serviços de aconselhamento a pedido e adaptados às partes interessadas nestas regiões. Esta ferramenta pode apoiar a elaboração de planos de desenvolvimento regional e a aproveitar as oportunidades dos instrumentos, fundos e programas da UE, nacionais e internacionais. Para mais informações sobre o tipo de serviços propostos, consulte o [catálogo de serviços](#) no sítio em linha da ferramenta de aconselhamento.

Pode solicitar serviços ao abrigo da ferramenta de aconselhamento se for uma organização pública ou privada localizada numa das nove regiões ultraperiféricas da UE (Maiote, Guiana Francesa, Martinica, São Martinho, Guadalupe, Reunião, Açores, Madeira e Canárias). O convite à manifestação de interesse, o formulário de candidatura e outros documentos de apoio para os candidatos podem ser consultados aqui: [ligação](#). O formulário de candidatura preenchido e qualquer questão relacionada com o convite devem ser enviados para o seguinte endereço de correio eletrónico: advisory-tool-eu-outermost-regions@ecorys.com. O convite permanecerá aberto até **12 de janeiro de 2024**. A avaliação das candidaturas será efetuada numa base contínua. Para mais informações sobre a ferramenta de aconselhamento, consulte: [link](#)

16 de janeiro



«A Cultura Move a Europa»: abertas candidaturas para residências artísticas em organizações culturais

O maior programa de mobilidade cultural da UE, «A Cultura Move a Europa», [abriu](#) o seu segundo convite à apresentação de propostas para entidades de acolhimento de residências artísticas. O convite destina-se, nomeadamente, a organizações sem fins lucrativos, ONG, organismos públicos, fundações, empresas ou artistas independentes sediados num dos 40 países do [programa Europa Criativa](#) e ativos nas artes do espetáculo, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, *design* e *design* de moda, bem como na literatura.

Este convite ficará aberto até 16 de janeiro de 2024. O primeiro convite à apresentação de propostas para acolhimento de residências artísticas, que terminou em junho de 2023, pré-selecionou 89 projetos que envolveram 232 artistas de 33 países diferentes do programa Europa Criativa, em especial de Itália, **Portugal** e Polónia. As residências artísticas vão abranger todos os setores culturais e várias incidirão nos objetivos do [Novo Bauhaus Europeu](#). Mais informações [aqui](#) e [aqui](#).

Até 31 de janeiro



Programa Europa Criativa lança três novos convites à apresentação de propostas no valor total de 115 milhões de euros para apoiar os setores cultural e criativo

O programa Europa Criativa lançou os seus três primeiros convites à apresentação de propostas de financiamento para 2024, oferecendo um apoio significativo aos setores culturais e criativos da Europa. O [convite à apresentação de projetos no âmbito da cooperação europeia](#), com um orçamento de cerca de 60 milhões de euros, reforçará a colaboração transfronteiriça entre organizações culturais e apoiará o desenvolvimento, a experimentação e a divulgação de práticas inovadoras e a criação de conteúdos artísticos europeus, beneficiando pelo menos 130 projetos.

Em segundo lugar, um [novo convite](#) à apresentação de propostas, com um orçamento de 47,4 milhões de euros, oferecerá apoio a cerca de 15 plataformas para a promoção de artistas emergentes durante o período 2024-2027. Por último, a iniciativa "[Entidades Culturais Pan-Europeias](#)" visa apoiar, em particular, as orquestras, com um vasto âmbito geográfico. Graças a [este convite](#), com um orçamento de 7,2 milhões de euros para 2024-2027, as entidades receberão apoio para oferecer formação, profissionalização e oportunidades de atuação a jovens artistas talentosos. Serão selecionadas até cinco orquestras, abrangendo uma vasta área geográfica, para receber o fundo. O prazo de candidatura para os três convites é janeiro de 2024. Para mais informações sobre o processo de candidatura e os pormenores do convite à apresentação de candidaturas, consultar o [Portal de Financiamento e Concursos da UE](#).

31 de janeiro e 1 de fevereiro



Jornadas de informação relativas à promoção de produtos agrícolas

Na sequência da adoção do Programa de Trabalho para a Promoção de Produtos Agrícolas 2024, a Comissão Europeia atribuirá 185,9 milhões de euros para financiar atividades de promoção de produtos agroalimentares sustentáveis e de elevada qualidade produzidos na UE.

Os montantes disponíveis para as campanhas selecionadas em 2024 estão divididos entre a promoção no mercado interno da UE (81,3 milhões de euros) e em países terceiros (85,1 milhões de euros). Os chamados programas SIMPLES podem ser apresentados por uma ou mais organizações do mesmo país da UE. Os programas MULTI são apresentados por, pelo menos, duas organizações nacionais de, pelo menos, dois Estados-Membros, ou por uma ou mais organizações europeias. O convite à apresentação de propostas será aberto em 18 de janeiro de 2024, com um prazo para os candidatos apresentarem as suas propostas até 14 de maio de 2024. Todas as dúvidas poderão ser esclarecidas [aqui](#) durante as jornadas.

8 de fevereiro



Novo convite no valor de 96,6 milhões de euros para programas de formação doutoral e de bolsas de pós-doutoramento graças às Ações Marie Skłodowska-Curie

A Comissão Europeia [abriu](#) um novo convite à apresentação de propostas no âmbito do cofinanciamento das [Ações Marie Skłodowska-Curie \(MSCA\)](#) para programas regionais, nacionais e internacionais (COFUND). Com um orçamento de 96,6 milhões de euros, este convite irá [cofinanciar](#) programas de formação de doutoramento e programas de bolsas de pós-doutoramento. Através das MSCA COFUND, qualquer tipo de organização, incluindo universidades, centros de investigação, empresas ou autoridades regionais ou nacionais, pode receber financiamento para desenvolver e apoiar os seus próprios programas de formação, que podem ter uma componente regional, nacional ou internacional, para atrair talentos internacionais e aumentar as suas capacidades de investigação e inovação. Mais informações sobre o convite à apresentação de [candidaturas COFUND 2023](#) e sobre como candidatar-se estão [disponíveis em linha](#).

14 de fevereiro



11 milhões de euros para apoiar os órgãos de comunicação social independentes

A Comissão publicou um novo convite à apresentação de propostas no âmbito do programa [Europa Criativa](#). Este convite, intitulado "Parcerias Jornalísticas", atribuirá um total de 11 milhões de euros a duas ações distintas: por um lado, o financiamento de [colaborações transfronteiras](#) entre meios de comunicação social e, por outro, a [criação de programas de subvenções](#) para meios de comunicação social que contribuam diretamente para a vida democrática.

O prazo para apresentação de candidaturas é 14 de fevereiro de 2024, devendo os projetos ter início no final de 2024. Os candidatos podem candidatar-se a uma ou outra ação, ou a ambas. Os meios de comunicação selecionados manterão plena liberdade editorial. Será realizada uma [sessão de informação](#) a 6 de dezembro e uma panorâmica do apoio da UE ao setor dos meios de comunicação social está disponível aqui.

7 de março



Nova convocatória para candidaturas ao financiamento de 39,7 milhões de euros para apoio a redes europeias de organizações culturais e criativas

Uma nova convocatória para apresentação de candidaturas a [projetos para as Redes europeias de Organizações Culturais e Criativas](#) ao abrigo do quadro do programa Europa Criativa está [aberta](#) desde 23 de novembro deste ano e até 7 de março de 2024, mais informações poderão ser consultadas [aqui](#). Com um orçamento de mais de 39,7 milhões de euros para o período 2024-2027, este anúncio prevê o apoio às redes de organizações membros de vários países que compartilham uma missão, regras de governo, direitos e obrigações comuns. Essas redes agrupam organismos ativos em setores mais importantes, como a arquitetura, o património cultural, a música, ou as artes do espetáculo.

8 de março



Comissão consulta partes interessadas sobre a avaliação da diretiva relativa aos nitratos

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública para obter contributos de várias partes interessadas, incluindo agricultores, indústrias, ONG e cidadãos, sobre a avaliação da Diretiva Nitratos, que decorrerá até 8 de março de 2024. A avaliação [visa](#) determinar se a diretiva continua a ser eficaz na promoção de uma agricultura sustentável, na adaptação à evolução das condições ambientais e no apoio a novas práticas agrícolas. Explorará também oportunidades de simplificação, redução de custos e coerência com outra legislação, tendo simultaneamente em conta os contributos para os objetivos globais em matéria de biodiversidade.

18 e 19 de março



10.ª Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios

Presidentes de câmara, vereadores, ministros regionais e decisores europeus e mundiais reunir-se-ão em Mons, na Região da Valónia, na Bélgica, para debater os desafios e as soluções para o futuro da Europa e não só. Organizada pelo Comité das Regiões Europeu, em conjunto com a Região da Valónia e a Presidência belga do Conselho da União Europeia, a [10.ª Cimeira Europeia das Regiões e dos Municípios](#) proporcionará uma nova perspetiva sobre temas que estão no centro das preocupações dos cidadãos, como a democracia, o desenvolvimento sustentável, o futuro da União Europeia e o seu alargamento, a necessidade de assegurar a coesão social, económica e territorial e a resposta às consequências da guerra contra a Ucrânia. Inscrição [aqui](#).

31 de maio



Culture Moves Europe: novas oportunidades de mobilidade cultural para artistas

O maior programa de mobilidade cultural da UE, denominado "Culture Moves Europe", [abriu](#) um novo convite à mobilidade individual. Destina-se a artistas e profissionais da cultura com, pelo menos, 18 anos de idade, legalmente residentes num dos 40 países do programa Europa Criativa e ativos nos seguintes setores: artes performativas, artes visuais, música, património cultural, arquitetura, design e design de moda e literatura. As [candidaturas estão abertas até 31 de maio de 2024](#).

O regime oferece bolsas de mobilidade que contribuem para as despesas de deslocação e de subsistência, que podem ser complementadas com apoio financeiro adicional para promover uma participação mais diversificada de pessoas que enfrentam obstáculos à mobilidade internacional. É oferecido um maior apoio financeiro às pessoas que viajam ecologicamente, que são pais de crianças pequenas ou que necessitam de um visto. Os artistas portadores de deficiência são particularmente encorajados a candidatar-se, uma vez que a iniciativa "Culture Moves Europe" lhes oferece um apoio especial para cobrir os custos adicionais que possam advir da deficiência, permitindo-lhes participar em projetos transfronteiriços.

ACONTECEU



Faria e Castro elogia trabalho dos professores no processo de educação para a cidadania europeia

O subsecretário regional da Presidência, Pedro de Faria e Castro, elogiou o trabalho dos professores nos Clubes Europeus das escolas dos Açores durante o III Encontro Regional de Clubes Europeus. Faria e Castro [destacou](#) a importância desses clubes como impulsionadores da cidadania europeia, enfatizando a necessidade de resistir à ideia de que a União Europeia não é um processo democrático. O Subsecretário salientou a relevância de educar os alunos sobre a União Europeia e outras estruturas governamentais, destacando o papel vital dos Clubes Europeus e das escolas nesse processo. O encontro proporcionou um momento de trabalho e reflexão entre os responsáveis pelos Clubes Europeus, visando promover a compreensão e a importância da União Europeia na vida dos cidadãos açorianos.



Comissão propõe novas regras para melhorar o bem-estar dos animais

A Comissão Europeia [propôs](#) a maior reforma em 20 anos das regras da UE sobre o bem-estar dos animais durante o transporte, incluindo redução dos tempos de viagem, aumento dos espaços mínimos e regras especiais para animais vulneráveis. Adicionalmente, apresentou novas regras para o bem-estar e rastreabilidade de cães e gatos criados, detidos e comercializados como animais de companhia. O pacote visa estabelecer normas uniformes da UE para a criação e venda de cães e gatos, combate ao comércio ilegal e a implementação de medidas em resposta à iniciativa "Fur Free Europe" que apela à proibição da produção de peles com pelo na UE. As propostas serão apresentadas ao Parlamento Europeu e ao Conselho.

Perspetivas Agrícolas da UE para 2023-2035 mostram um setor agrícola europeu em mudança que, no entanto, enfrentará desafios e aproveitará oportunidades

A Comissão Europeia apresentou as suas mais recentes [perspetivas a médio prazo](#) para os mercados agrícolas da UE para o período 2023-2035. O relatório, publicado por ocasião da conferência [EU Agricultural Outlook 2023](#), examina a produção, o consumo e o comércio nos setores arvenses, laticínios, carne, azeite e vegetais, azeite e vinho, bem como o rendimento agrícola. Examina os principais fatores suscetíveis de influenciar o futuro da agricultura europeia, tais como as alterações climáticas, a procura dos consumidores, a mudança na estrutura do setor agrícola e as políticas agrícolas e comerciais.

O relatório mostra que, nos próximos anos, a resiliência dos agricultores da UE continuará a ser testada pelas alterações climáticas e pelas condições de mercado, bem como pelas alterações nas exigências sociais. Destaca que o setor agrícola está passando por ajustes para se adaptar às mudanças climáticas e às preferências dos consumidores. Por exemplo, o consumo de carne bovina e suína, açúcar e vinho deverá diminuir. Além disso, o relatório destaca que se espera que os custos da energia e de outros fatores de produção permaneçam superiores aos níveis anteriores a 2021 no médio prazo. Reconhecendo o papel central da Política Agrícola Comum, o relatório destaca a sua importância no apoio aos agricultores na sua [transição para sistemas de produção agrícola mais sustentáveis](#), tornando-se ao mesmo tempo mais resilientes e competitivos. No que diz respeito à segurança alimentar, o relatório afirma que a UE continuará a ser um exportador líquido e continuará a contribuir para a segurança alimentar mundial.

Comissão adota orientações no domínio anti-*trust* para acordos de sustentabilidade na agricultura

A Comissão Europeia [adotou orientações](#) sobre a conceção de acordos de sustentabilidade no domínio da agricultura («orientações») que utilizam uma nova exclusão das regras de concorrência da UE introduzida na recente reforma da política agrícola comum (PAC). O artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia («TFUE») proíbe, de um modo geral, os acordos entre empresas que restrinjam a concorrência, tais como os acordos entre concorrentes que resultem em preços mais elevados ou quantidades inferiores. No entanto, o artigo 210.º-A do Regulamento (CE) n.º 1308/2013, que estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas («[Regulamento OCM](#)»), exclui dessa proibição determinados acordos restritivos no setor agrícola, se esses acordos forem indispensáveis para alcançar as normas de sustentabilidade, e vai mais longe que as regras obrigatórias da UE ou nacionais.

As novas orientações visam clarificar a forma como os operadores ativos no setor agroalimentar podem conceber iniciativas conjuntas de sustentabilidade em conformidade com o artigo 210.º-A. As orientações entram em vigor depois da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*. Os operadores que já tenham acordos de sustentabilidade em vigor são convidados a harmonizá-los com as orientações da Comissão. Os operadores podem pedir um parecer à Comissão sobre a sua compatibilidade com as regras de concorrência da UE a partir de 8 de dezembro de 2023.

Observatório da UE que cobre a desflorestação e a degradação florestal em todo o mundo entra em funcionamento

O Centro Comum de Investigação (JRC) da Comissão Europeia disponibilizou publicamente o [Observatório da UE sobre a Desflorestação Global e a Degradação Florestal](#). O Observatório apresenta mapas e dados sobre mudanças na área florestal mundial e fatores associados, como desmatamento, exploração madeireira, incêndios florestais, eventos extremos, desfolha por insetos, bem como uma visão geral da distribuição de espécies arbóreas. Contém também estatísticas sobre fluxos comerciais, dados sobre quantidades produzidas e áreas colhidas em cada país produtor.

Números-chave da cadeia alimentar europeia – edição de 2023

O Eurostat [publicou](#) a edição de 2023 da publicação Números-chave da cadeia alimentar europeia – edição de 2023, que oferece informações sobre o sistema da exploração agrícola até à mesa da UE através de dados oficiais. A publicação está dividida em três secções. A primeira secção apresenta uma visão geral da agricultura e das pescas, centrando-se na produção e incluindo dados sobre as explorações agrícolas, a frota pesqueira, o emprego e os principais aspetos económicos. A segunda secção abrange a transformação, o comércio, a distribuição e o consumo de alimentos e bebidas, ilustrando a natureza intrincada da cadeia alimentar. A secção final aborda as questões ambientais nas diferentes fases da cadeia alimentar, incluindo a produção de resíduos alimentares.



Ambiente

Comissão propõe reforma da avaliação dos produtos químicos «uma substância, uma avaliação» para processos mais rápidos, simplificados e transparentes

A Comissão [adotou](#) três propostas legislativas destinadas a: racionalizar as avaliações dos produtos químicos em toda a legislação da UE; reforçar a base de conhecimentos sobre produtos químicos; e assegurar a deteção precoce e a tomada de medidas sobre os riscos químicos emergentes. No âmbito deste pacote «uma substância, uma avaliação», um dos principais resultados da Estratégia para a Sustentabilidade dos Produtos Químicos, serão reatribuídas tarefas significativas entre quatro agências da UE, assegurando avaliações coerentes e transparentes da segurança dos produtos químicos utilizados em produtos como dispositivos médicos, brinquedos, alimentos, pesticidas e biocidas.

Os cidadãos, as empresas e as autoridades beneficiarão de um acesso simplificado e transparente à informação sobre os produtos químicos, de processos mais harmonizados e previsíveis em toda a legislação e de uma maior segurança das avaliações. As novas medidas reduzirão o fosso entre a identificação de um possível risco e a necessária ação regulamentar. Em última análise, estas medidas conduzirão a uma melhor e mais rápida proteção da saúde das pessoas e do ambiente.

Melhor prevenção através de uma melhor gestão dos dados sobre os produtos químicos, visando com estas propostas: reforçar a cooperação e consolidar o trabalho científico e técnico sobre os produtos químicos na Agência Europeia dos Produtos Químicos, na Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos, na Agência Europeia do Ambiente e na Agência Europeia de Medicamentos; criar uma plataforma de dados comum e introduzir um «balcão único» de acesso aos dados sobre produtos químicos na posse das agências da UE e da Comissão, compilados ao abrigo da legislação da EU; estabelecer uma recolha sistemática de dados de biomonitorização humana gerados na UE para informar os decisores políticos sobre os níveis de produtos químicos encontrados nas pessoas (por exemplo, no sangue ou no leite materno); criar um quadro de monitorização e prospetiva para permitir a deteção precoce dos riscos químicos, como, por exemplo, de PFAS suficientemente cedo para evitar que a poluição se generalize; capacitar a Agência Europeia dos Produtos Químicos para gerar dados quando necessário; e, garantir a transparência dos estudos científicos sobre produtos químicos, incluindo os encomendados pelas empresas. As três propostas serão agora analisadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho de acordo com o processo legislativo ordinário.

Consulta Pública: Poluentes orgânicos persistentes — limites e derrogações aplicáveis ao PFOS

A consulta pública do Regulamento (UE) 2019/1021, que dá execução aos compromissos assumidos pela UE no âmbito da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, [decorre](#) de 4 de dezembro de 2023 a 1 de janeiro de 2024. O ácido perfluorooctanossulfónico (PFOS) e os seus derivados figuram no anexo I do Regulamento (UE) 2019/1021. Esta medida reduzirá a concentração máxima de PFOS autorizada como contaminante vestigial não deliberado em substâncias, misturas e artigos e eliminará a última derrogação específica permitida na UE, uma vez que deixa de ser necessária.

Regulamento Indústria de Impacto Zero: Conselho adota posição para impulsionar as tecnologias para a transição ecológica

O Conselho da União Europeia [adotou](#) uma posição sobre o Regulamento Indústria de Impacto Zero, com vista a fortalecer o ecossistema de fabrico de produtos de impacto ambiental mínimo. O objetivo é acelerar a implementação de tecnologias críticas para a neutralidade climática, usando o mercado único para impulsionar a resiliência económica e a competitividade europeia. A proposta visa simplificar licenças, promover competências, criar uma plataforma de coordenação da UE e estabelecer metas de produção de tecnologias estratégicas. O Conselho amplia o escopo da proposta original, inclui a energia nuclear e combustíveis alternativos, e destaca a importância da educação e testes regulatórios. O próximo passo é a negociação com o Parlamento Europeu.

Produtos adequados à transição ecológica: Conselho e Parlamento celebram acordo provisório sobre o Regulamento Conceção Ecológica

O Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu chegaram a um acordo político provisório sobre um novo regulamento que estabelece um quadro para os requisitos de conceção ecológica de produtos sustentáveis. Esse regulamento [substituirá](#) a atual diretiva de 2009, ampliando seu alcance para abranger todos os tipos de bens no mercado da UE, indo além dos produtos relacionados com o consumo de energia. O acordo aborda requisitos de desempenho e informação para tornar os produtos mais eficientes em termos energéticos, duráveis, reutilizáveis, reparáveis e recicláveis. Introduce também um "passaporte digital de produtos" para fornecer informações sobre a sustentabilidade ambiental dos produtos. O acordo exclui veículos a motor e produtos com impacto na defesa ou segurança nacional, habilita a Comissão a estabelecer requisitos de conceção ecológica e proíbe a destruição direta de têxteis e calçado, entre outros pontos. O acordo provisório aguarda aprovação formal de ambas as instituições.

UE subscreve declaração internacional sobre clima e saúde no Dia da Saúde da COP28

A União Europeia [endossou](#) oficialmente uma Declaração internacional sobre Clima e Saúde durante o Dia da Saúde da COP28, nos Emirados Árabes Unidos. A aprovação ocorreu no dia 3 de dezembro, com a participação de Maroš Šefčovič, vice-presidente executivo do Pacto Ecológico Europeu. A Declaração visa abordar os efeitos adversos das alterações climáticas na saúde humana e representa um compromisso para o desenvolvimento de sistemas de saúde mais resistentes ao clima, com baixas emissões de carbono e sustentáveis. O apoio vem em resposta ao impacto significativo das alterações climáticas na saúde, como as 62 000 mortes relacionadas com a vaga de calor europeia de 2022. A Declaração salienta a necessidade de uma resposta global à crise climática, integrando estratégias de saúde e clima para um futuro sustentável. Šefčovič salientou a importância desta abordagem integrada para garantir o bem-estar do planeta e dos seus cidadãos.



Coesão e Solidariedade Interna

Eurobarómetro: luta contra a pobreza é prioridade e interesse nas eleições europeias aumenta

O Eurobarómetro, inquérito [publicado](#) pelo Parlamento Europeu, mostra um apoio contínuo dos cidadãos à União Europeia e um maior interesse nas próximas eleições europeias. Mais de sete em cada dez europeus consideram que o seu país beneficiou com a adesão à UE. Os principais motivos indicados pelos inquiridos são o contributo da UE para a manutenção da paz e para o reforço da segurança (34%) e a melhoria da cooperação entre os Estados-Membros (34%). A imagem da UE mantém-se estável desde março de 2023: 45% dos europeus têm uma imagem positiva, 38% uma imagem neutra e 16% uma imagem negativa. Sessenta e seis por cento dos portugueses têm uma imagem positiva da União Europeia e apenas 6% tem uma imagem negativa; 88% consideram que Portugal beneficiou com a adesão.



Concorrência

Concorrência nos concursos públicos na Europa está a diminuir

Um novo relatório do Tribunal de Contas Europeu [revela](#) uma diminuição da concorrência nos contratos públicos adjudicados pelas autoridades nacionais, regionais e locais em toda a UE durante a última década. Entre 2011 e 2021, menos empresas concorreram aos contratos e as autoridades abordaram frequentemente empresas específicas diretamente. A reforma de 2014, que tinha como objetivo simplificar e melhorar a transparência dos procedimentos de adjudicação de contratos, não conseguiu aumentar a concorrência. Em vez disso, os procedimentos tornaram-se mais longos e a transparência continua a ser uma preocupação. O Tribunal solicita à Comissão Europeia que elimine os obstáculos à concorrência e torne os contratos públicos mais atrativos para as empresas, clarificando os objetivos e aplicando medidas.



Defesa e Segurança

Vítimas do terrorismo: Conselho salienta a necessidade de melhorar o apoio e o reconhecimento

O Conselho [aprovou](#) conclusões sobre a melhoria do apoio e do reconhecimento das vítimas do terrorismo. As conclusões salientam que a luta contra o terrorismo tem de ser abordada não só do ponto de vista da segurança, como também se centrando nas pessoas diretamente afetadas por atos terroristas. A fim de promover o apoio, a assistência e a proteção das vítimas do terrorismo, as conclusões incentivam a rápida adoção da revisão específica da Diretiva Direitos das Vítimas – atualmente em fase de apreciação pelo Conselho – e a adoção de medidas destinadas a assegurar o reconhecimento e o respeito das vítimas do terrorismo, nomeadamente através da promoção da formação dos profissionais que lidam com elas.

As conclusões salientam que a memória das vítimas do terrorismo é essencial para o seu processo de recuperação, para promover a coesão social e para a defesa dos valores democráticos. Chamam igualmente a atenção para o facto de as vítimas deverem ter um papel central nas políticas de memória, uma vez que os seus testemunhos são um sólido instrumento para sensibilizar quanto às consequências humanas do terrorismo e prevenir a radicalização. Os Estados-Membros são, por conseguinte, convidados a promover políticas para as vítimas de terrorismo, de modo que o seu sofrimento físico e psicológico não seja esquecido e a que essas políticas possam também ser utilizadas como instrumento para prevenir a radicalização violenta.

Investigações criminais: Conselho define posição sobre a transmissão de processos entre Estados-Membros

O Conselho [definiu](#) a sua posição de negociação (orientação geral) sobre uma proposta de regulamento da UE relacionado com a transmissão de processos penais. A proposta visa evitar processos paralelos desnecessários e contribuir para uma eficiente e boa administração da justiça penal nos Estados-Membros. Uma vez adotado, o regulamento estabelecerá regras sobre a transmissão de processos penais entre Estados-Membros, melhorará o respeito pelos direitos fundamentais no processo de transmissão de processos penais e aumentará a eficiência e a segurança jurídica. Contribuirá igualmente para evitar a impunidade quando for recusada a entrega de uma pessoa a outro Estado-Membro ao abrigo de um mandado de detenção europeu.



Economia e Mercado

Conselho (Competitividade) sobre Mercado Interno e Indústria, 7 de dezembro de 2023

Os ministros [chegaram](#) a um acordo sobre a orientação geral do Regulamento Indústria de Impacto Zero, reforçando o ecossistema de fabrico de produtos com tecnologia de impacto zero. A orientação inclui tecnologias nucleares e combustíveis alternativos. Debateram a proposta de proibição de produtos fabricados com trabalho forçado, com ênfase na participação da Comissão nas fases de investigação. Outras questões abordadas incluíram iniciativas legislativas, a implementação da plataforma digital única, preparativos para o Regulamento dos Serviços Digitais, redução de encargos administrativos para empresas e atualizações sobre o Tribunal Unificado de Patentes.

Declaração do Eurogrupo sobre os projetos de planos orçamentais para 2024

O Eurogrupo [acolheu](#) favoravelmente a comunicação e os pareceres da Comissão sobre os projetos de planos orçamentais (PPO) dos Estados-Membros, salientando a importância fundamental deste exercício para a coordenação da política orçamental na zona euro. A economia da área do euro tem demonstrado resistência, mas a dinâmica do crescimento abrandou e a incerteza aumentou. Prevê-se que o défice das administrações públicas diminua e que a dívida pública se situe em cerca de 90% do PIB em 2024. A orientação orçamental passou a ser contracionista em 2023 e espera-se que se torne mais restritiva em 2024. O Eurogrupo apoia uma orientação orçamental globalmente restritiva para 2024, a fim de reforçar a sustentabilidade das finanças públicas e evitar pressões inflacionistas. Prevê-se que o investimento aumente, e continuam a ser essenciais políticas orçamentais coordenadas e prudentes para além de 2024. O Eurogrupo regista a avaliação da Comissão sobre os PPO individuais e incentiva os Estados-Membros a eliminarem progressivamente as medidas de apoio à compra de energia.

Proteção dos fundos da UE: UE deve fazer mais para detetar, prevenir e recuperar as fraudes

A Comissão de Controlo Orçamental do Parlamento Europeu [adotou](#) o seu relatório anual antifraude para 2022, destacando o risco significativo para os interesses financeiros da UE devido ao nepotismo na aquisição de fundos da UE. O relatório expressa preocupações sobre a segurança dos jornalistas na UE e pede uma melhor proteção para jornalistas de investigação. Quanto aos fundos da UE para assistência a países terceiros e resposta à agressão russa contra a Ucrânia, o relatório afirma que não são adequadamente monitorizados. Os eurodeputados instam a Comissão a realizar verificações mais minuciosas. O relatório aborda planos de desembolso de fundos suspensos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência à Hungria em troca de apoio à Ucrânia, exigindo eficácia nas medidas corretivas adotadas. Reitera preocupações sobre deficiências na Polónia e pede que os fundos sejam liberados apenas após cumprimento das exigências relacionadas ao Estado de direito. Insiste na adesão de certos países ao Promotor Público Europeu e expressa preocupações sobre a proteção dos interesses financeiros da UE no Mecanismo de Recuperação e Resiliência devido a falhas nos sistemas de informação e controle. Os eurodeputados pedem a adoção de estratégias nacionais de combate à fraude por parte de certos Estados-Membros. Os inquéritos da UE de 2022 sobre a corrupção indicam preocupações contínuas, com um aumento nos casos comunicados, mas uma diminuição no financiamento afetado.

UE-Chile: Conselho adota decisões relativas a um Acordo de Associação modernizado

O Conselho da União Europeia [aprovou](#) a assinatura do Acordo-Quadro Avançado e do Acordo de Comércio Provisório com o Chile, que juntos formam uma versão atualizada do Acordo de Associação UE-Chile. Esses acordos visam fortalecer as relações políticas e económicas entre a UE e o Chile, promovendo a cooperação em diversas áreas, como saúde, ambiente, educação, comércio e investimento. O Acordo-Quadro Avançado abrange também valores comuns, como democracia e direitos humanos, além de questões como governança dos oceanos, energia, ciência e tecnologia.

O Acordo de Comércio Provisório, parte integrante desse conjunto, trata da liberalização do comércio e do investimento, proporcionando isenção de direitos aduaneiros para cerca de 99,9% das exportações da UE para o Chile. Isso visa impulsionar as exportações da UE para o Chile, estimadas em até 4,5 mil milhões de euros. Segundo o Conselho, o acordo facilitará o acesso a matérias-primas cruciais para a transição para uma economia verde e promoverá a prestação de serviços por empresas da UE no Chile. Investidores da UE no Chile receberão tratamento equivalente aos investidores chilenos, e o acordo inclui disposições específicas para pequenas e médias empresas, buscando reduzir a burocracia e facilitar a participação dessas empresas no comércio bilateral.

Regulamento Financeiro: Conselho e Parlamento chegam a acordo

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre o regulamento financeiro da UE, com o objetivo de o alinhar com o atual quadro financeiro plurianual (QFP) 2021-2027. A revisão introduz melhorias específicas, simplificações e medidas

para melhor proteger os interesses financeiros da UE. As derrogações aos princípios orçamentais serão alinhadas com a abordagem do "conjunto único de regras" e o acordo garante encargos administrativos limitados para as administrações nacionais no processo de digitalização. As medidas de gestão de crises foram reforçadas com base nos ensinamentos da pandemia de COVID-19. O acordo aborda o financiamento com juros negativos até ao final do QFP e simplifica as regras para os beneficiários. Antes de entrar em vigor, é necessária a adoção formal pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu.



Espaço

Gestão do tráfego espacial: Conselho adota conclusões sobre a situação atual

O Conselho [adotou](#) conclusões sobre a situação atual da gestão do tráfego espacial, abordando os desafios de um espaço orbital cada vez mais congestionado. É urgente dar ênfase ao desenvolvimento de uma abordagem de gestão do tráfego espacial da UE para a segurança e sustentabilidade do espaço. O Conselho sublinha a necessidade de ter em conta os requisitos civis e militares em matéria de gestão do tráfego espacial, apelando à colaboração para garantir que os aspetos de defesa e segurança sejam tidos em conta, mantendo simultaneamente a natureza civil dos programas espaciais da UE.



Energia

"Fit for 55": Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre proposta de revisão da diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre uma proposta de revisão da diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios na UE. A diretiva revista visa que todos os novos edifícios tenham emissões zero até 2030 e que o parque imobiliário existente atinja o estatuto de emissões zero até 2050. O acordo inclui disposições para a implantação de instalações de energia solar em edifícios novos e renovados, estabelece normas mínimas de desempenho energético para edifícios não residenciais e define objetivos de renovação para edifícios residenciais. Além disso, existe um plano para eliminar progressivamente as caldeiras alimentadas a combustíveis fósseis até 2040, com um roteiro incluído nos planos nacionais de renovação de edifícios. O acordo terá agora de ser formalmente adotado por ambas as instituições. A diretiva faz parte do pacote "Fit for 55", contribuindo para o objetivo de um parque imobiliário com emissões zero até 2050.

UE lidera a iniciativa mundial na COP28 que visa triplicar a capacidade de produção de energia de fontes renováveis e duplicar as medidas de eficiência energética até 2030

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou durante a Cimeira Mundial sobre a Ação Climática no Dubai o Compromisso Mundial para as Energias Renováveis e Eficiência Energética. Este [compromisso](#), apoiado por 118 países e apresentado em parceria com a Presidência da COP28, estabelece metas ambiciosas, incluindo triplicar a capacidade de produção de energia a partir de fontes renováveis para pelo menos 11 terawatts e duplicar a taxa de melhoria da eficiência energética global para 4% anual até 2030. A UE compromete-se a investir 2,3 mil milhões de euros nos próximos dois anos para apoiar a transição energética global. O Compromisso Mundial é uma iniciativa colaborativa entre a Comissão Europeia, a Presidência da COP28, a Agência Internacional de Energia e a Agência Internacional para as Energias Renováveis. O objetivo é impulsionar a transição para um sistema energético descarbonizado e promover a redução progressiva dos combustíveis fósseis, alinhando-se com os objetivos do Acordo de Paris.

Pacote do gás: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre o futuro mercado do hidrogénio e do gás

O Conselho e o Parlamento [chegaram](#) a um acordo político provisório sobre um regulamento que estabelece regras comuns para o mercado interno dos gases renováveis e naturais e do hidrogénio. O objetivo da legislação é facilitar a penetração de gases renováveis e com baixo teor de carbono no sistema energético, em particular o hidrogénio e o biometano.

O regulamento faz parte do pacote de descarbonização dos mercados do hidrogénio e do gás, que inclui também uma diretiva. Tanto o regulamento como a diretiva fazem parte do pacote "Fit for 55". Destinam-se a criar um quadro regulamentar para as infraestruturas e mercados específicos do hidrogénio e para o planeamento integrado da rede. Estabelecem também regras para a proteção dos consumidores e reforçam a segurança do aprovisionamento. O Conselho e o Parlamento chegaram a um acordo provisório sobre a diretiva a 27 de novembro de 2023.

O acordo provisório prevê uma nova entidade separada no setor do hidrogénio: uma entidade da UE para os operadores de redes de hidrogénio (ENNOH). Esta entidade será independente da atual Rede Europeia dos Operadores das Redes de Transporte de Gás (REORTG) e da Rede Europeia dos Operadores das Redes de Transporte de Eletricidade (REORTE), tirando simultaneamente partido das sinergias e da cooperação entre os três setores.

Ambas as instituições acordaram em alargar o mecanismo de agregação da procura/compra conjunta de gás adotado durante a crise energética, embora a participação das empresas de gás deva ser totalmente voluntária. As empresas de gás estabelecidas nos países da Comunidade da Energia podem participar no mecanismo na qualidade de compradores, estando excluídos os fornecimentos da Rússia ou da Bielorrússia. Além disso, o Conselho e o Parlamento acordaram em criar um mecanismo voluntário de apoio ao

desenvolvimento do mercado do hidrogénio, com o objetivo de facilitar as tarefas realizadas pela Comissão Europeia no âmbito do Banco Europeu do Hidrogénio.



Estado de Direito

Comissão apresenta um conjunto de medidas para reforçar os direitos dos cidadãos da EU

A Comissão Europeia [celebra](#) o 30º aniversário da cidadania europeia com um pacote de medidas para fortalecer os direitos dos cidadãos da UE. O relatório de 2023 sobre a cidadania destaca avanços desde 2020, incluindo a facilitação de viagens durante a pandemia com o Certificado Digital COVID. As novas propostas da Comissão incluem a revisão da Diretiva Proteção Consular para melhorar a assistência a cidadãos em países terceiros, orientações sobre livre circulação, um guia eleitoral para cidadãos com deficiência, práticas de votação eletrônica e um guia para a cidadania da UE. O Eurobarómetro de 2023 mostra que 50% dos europeus se sentem bem informados sobre direitos de cidadania. A Comissão continuará a monitorar a aplicação das regras e apresentará o próximo relatório em 2026.

“Não ao ódio na Europa”: Comissão e alto representante lançam um apelo à união contra todas as formas de ódio

A Comissão e o Alto Representante [adotaram](#) uma comunicação chamada "Não ao Ódio: Uma Europa Unida Contra o Ódio". Diante de um aumento alarmante do discurso e crimes de ódio na Europa, a Comissão e o alto representante estão a intensificar os esforços para combater o ódio em várias áreas, incluindo segurança, digital, educação, cultura e desporto. As medidas incluem financiamento adicional para proteger locais de culto, um código de conduta reforçado contra o discurso ilegal de incitação ao ódio online e coordenação reforçada com a Comissão em temas relacionados com o racismo e o antissemitismo.

Reforma do Estatuto do Tribunal de Justiça: negociadores do Conselho e do Parlamento chegam a acordo provisório

Os negociadores do Conselho e do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre a reforma do Estatuto do Tribunal de Justiça da UE. A reforma tem por objetivo aumentar a eficácia dos tribunais da UE, tendo em conta o número e a complexidade crescentes dos processos. As alterações incluem a atribuição ao Tribunal Geral de competências em matéria de decisões prejudiciais específicas, como as relacionadas com o imposto sobre o valor acrescentado e o comércio de emissões de gases com efeito de estufa. É introduzido um mecanismo de "balcão único" e um mecanismo de filtragem que limita os recursos para o Tribunal de Justiça, reforçando a transparência dos processos. O acordo está pendente da aprovação formal pelo Conselho e pelo Parlamento.

Resultados do Conselho (Justiça e Assuntos Internos), 4-5 de dezembro de 2023

No âmbito da Justiça, o foco principal foi a discussão sobre a alteração das regras mínimas da Diretiva Direitos das Vítimas, visando fortalecer o apoio às vítimas de crimes. Os ministros [expressaram](#) apoio ao fortalecimento do quadro jurídico da UE, mas também enfatizaram a necessidade de flexibilidade para os Estados-Membros. No âmbito da cooperação judiciária, aprovou-se a Estratégia europeia para a justiça eletrônica 2024-2028, fornecendo orientações para acelerar a digitalização no domínio da justiça. Além disso, adotou-se uma orientação geral sobre um novo ato legislativo da UE relativo à transmissão de processos penais. Quanto à Procuradoria Europeia, os ministros discutiram o funcionamento desta entidade independente e sua relação com as autoridades nacionais.

Na aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), os ministros aprovaram a posição do Conselho sobre a sua implementação, reconhecendo o sucesso na harmonização das regras de proteção de dados. Quanto à adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos Humanos, foram apresentadas informações atualizadas sobre o progresso nas negociações. Destacaram-se debates sobre pontos em aberto, incluindo fiscalização jurisdicional e regras internas. Nos assuntos internos, houve discussões sobre o Pacto em matéria de Migração e Asilo, com um relatório intercalar sobre os dossiês legislativos. Também foram abordados temas como o Espaço Schengen, a cooperação com países terceiros na gestão da migração e questões de segurança interna, incluindo ações relacionadas com o Médio Oriente e a Ucrânia.

A reunião também incluiu atualizações sobre eventos ministeriais anteriores, como o Fórum Ministerial UE-Balcãs Ocidentais e o Fórum Ministerial UE-EUA, bem como informações sobre o regulamento para prevenir o abuso sexual de crianças. A futura Presidência belga apresentou o seu programa de trabalho. A Comissão informou os ministros sobre negociações UE-EUA sobre provas eletrônicas e apresentou o relatório anual sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE.



Indústria

Conselho e Parlamento chegam a acordo provisório sobre o pacote de proteção de desenhos ou modelos

O Conselho e o Parlamento Europeu chegaram a um [acordo](#) provisório sobre a revisão das propostas legislativas relacionadas com desenhos ou modelos industriais. Essas propostas incluem uma diretiva sobre a proteção legal de desenhos ou modelos e um regulamento sobre desenhos ou modelos comunitários. O objetivo é modernizar a legislação existente há 20 anos, tornando-a mais adequada aos desafios do mundo digital e da impressão 3D, além de facilitar a proteção de desenhos ou modelos industriais.



Conselho chega a acordo político sobre a forma de atrair e reter talentos no domínio da investigação, da inovação e do empreendedorismo na Europa

O Conselho [chegou](#) a um acordo político sobre uma recomendação que visa prestar um maior apoio aos investigadores e às carreiras de investigação na União Europeia e contribuir para um mercado de trabalho europeu mais atrativo, aberto e sustentável para os investigadores, os inovadores e os empresários, atraindo também talentos estrangeiros. A recomendação faz parte de uma série de atos da UE que, nas últimas duas décadas, têm vindo a pôr em prática o Espaço Europeu da Investigação (EEI) e a aplicar a agenda estratégica do EEI. O acordo político agora alcançado atualiza os perfis R1-R4 para investigadores, introduzidos em 2011, e introduz a Carta Europeia do Investigador, que é uma revisão da Carta Europeia do Investigador de 2005 e do Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores.

A recomendação visa reter os investigadores talentosos na União e tornar a Europa um destino atrativo para talentos de todo o mundo que se destaquem no domínio da investigação. Revê a definição do conceito de "investigador" e a descrição das atividades que os investigadores realizam, assegurando que compreende o mais vasto leque de opções de carreira. Procura também promover carreiras intersetoriais e interdisciplinares, o empreendedorismo e a inovação, reconhecendo devidamente a relevância de todos os diferentes percursos profissionais disponíveis para os investigadores, incluindo o meio académico, as empresas, a administração pública ou o setor sem fins lucrativos.

Mais especificamente, a recomendação visa: melhorar, em termos gerais, as condições e o ambiente de trabalho dos investigadores, assegurar o equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada e combater a precariedade; promover medidas de proteção social adequadas, prestando especial atenção aos investigadores em início de carreira; promover a mobilidade intersetorial e um fluxo real de talentos entre setores, dotando os investigadores de competências transversais, para além de competências sólidas em investigação, e contribuindo para dar resposta à procura de talentos altamente qualificados no mercado; e, combater as desigualdades persistentes nas carreiras de investigação (por exemplo, com base no género, na idade, na origem étnica, nacional ou social, na religião ou crença, na orientação sexual, na língua, na deficiência, na opinião política ou na condição social ou económica) e fazer face aos desafios do mercado (por exemplo, a falta de oportunidades de mobilidade intersetorial)

A recomendação revê igualmente a Carta Europeia do Investigador e o Código de Conduta para o Recrutamento de Investigadores, que remontam a 2005, e incentiva todas as organizações que empregam ou financiam investigadores a apoiarem a nova "Carta Europeia do Investigador" agora introduzida. Por último, a recomendação define os perfis dos investigadores em quatro grupos e sugere exemplos de profissões que se enquadram nesses perfis. Além disso, destaca a importância das carreiras dos gestores de investigação e dos técnicos de investigação e o seu papel fundamental para o sucesso da investigação e da inovação de alto nível.

Conselho aprova conclusões sobre o reforço do papel e do impacto da investigação e inovação no processo de elaboração de políticas na União

Conselho aprovou [conclusões](#) sobre o impacto da investigação e inovação (I&I) na elaboração de políticas. Estas conclusões implicam três dimensões mutuamente complementares: em primeiro lugar, a que diz respeito ao contributo da ciência para uma melhor elaboração de políticas, incluindo o seu impacto na melhoria da vida dos cidadãos e no reforço da democracia; em segundo lugar, a que remete para o tema dos ecossistemas de inovação regionais e locais, com destaque para o reforço da cooperação e da coesão territorial através da I&I; e, em terceiro lugar, a relativa ao impacto das políticas do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) na conceção de políticas de I&I no Espaço Europeu da Investigação (EEI), centrando-se nos principais objetivos da Europa, incluindo a igualdade de género.

A análise destas três dimensões mostra que a I&I, permite, através de uma conceção adequada, melhorar a elaboração de políticas mediante a inclusão de dados científicos e de conhecimentos no processo regulamentar, e mediante o reforço da coerência das iniciativas estratégicas. Estas dimensões melhoram igualmente a resposta dos Estados-Membros e da União aos desafios com os quais são confrontados, tanto os desafios estruturais (como os previstos nas recomendações do Semestre Europeu), como cíclicos ou circunstanciais (como a resposta à crise económica ou à crise da COVID-19, para a qual o MRR foi fundamental). Todas estas dimensões da I&I criam sinergias com um impacto significativo a nível social e económico que não deixam ninguém para trás.

As conclusões salientam a importância dos ecossistemas regionais de I&I. As políticas de apoio aos ecossistemas deverão ser concebidas de molde a criar sinergias entre os fundos da política de coesão e os fundos de I&I. Nestes ecossistemas, especialmente nos menos inovadores, a dimensão regional deve ser reforçada com centros de excelência regionais e facilitada através da cooperação transfronteiriça (especialmente entre os Estados-Membros, ou regiões, mais inovadores e menos inovadores), a fim de aumentar a coesão económica, social e territorial e reforçar a eficiência da I&I.



A consulta pública sobre a correção dos programas plurianuais de pesca encontra-se [aberta](#) de 6 de dezembro de 2023 a 31 de janeiro de 2024.

Conselho aprova acordo de pesca entre a UE e o Reino Unido para 2024

O Conselho [aprovou](#) um acordo alcançado com o Reino Unido que assegura os direitos de pesca dos pescadores da UE no Atlântico e no mar do Norte. A conclusão atempada das consultas anuais para 2024 garantirá estabilidade e segurança aos pescadores da UE e ao sector. O acordo alcançado nas consultas anuais entre a UE e o Reino Unido determina os direitos de pesca para 2024 relativamente a cerca de 100 unidades populacionais de peixes partilhadas, em especial os totais admissíveis de capturas (TAC), ou seja, as quantidades máximas de peixes de unidades populacionais específicas que podem ser capturadas, e os direitos de pesca de cada parte.

Este acordo faz parte do processo anual de fixação das possibilidades de pesca nas águas comunitárias e não comunitárias para o ano seguinte e foi aprovado através de um procedimento escrito. Na reunião do Conselho "Agricultura e Pescas", que terá lugar a 10 e 11 de dezembro, os valores relativos às unidades populacionais partilhadas com o Reino Unido passarão a fazer parte do regulamento principal sobre as possibilidades de pesca para o Atlântico e o Mar do Norte. Esse regulamento abrange igualmente as unidades populacionais que a UE gere por si só ou através de acordos celebrados no âmbito das organizações regionais de gestão das pescas, para além das unidades populacionais partilhadas com o Reino Unido e outros terceiros.

A UE e o Reino Unido basearam o seu acordo nos melhores pareceres científicos disponíveis, fornecidos pelo Conselho Internacional de Exploração do Mar (CIEM). O acordo alcançado pelas duas partes está igualmente em conformidade com os objetivos da política comum das pescas da UE e do Acordo de Comércio e Cooperação celebrado com o Reino Unido.

Relativamente às unidades populacionais sem parecer do CIEM, a UE e o Reino Unido acordaram em trabalhar em conjunto para melhorar a disponibilidade de dados que sirvam de base a futuros pareceres científicos. Relativamente às unidades populacionais com parecer de captura zero, as delegações concordaram que seria adequado estabelecer TAC específicos para as capturas acessórias (espécies que são capturadas involuntariamente, aquando da pesca de outras espécies específicas). O nível destes TAC foi fixado para assegurar que a mortalidade por pesca não aumente e que a unidade populacional possa ser reconstituída. No caso de algumas unidades populacionais, foi fixado um TAC reduzido para permitir o controlo contínuo da unidade populacional.



Mobilidade

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) vertente Transportes, 4 de dezembro de 2023

O Conselho [adotou](#) posições sobre segurança rodoviária, segurança marítima, tempo de trabalho dos condutores de autocarros e contabilização de emissões de gases de efeito estufa no transporte. Na segurança rodoviária, a orientação geral abrange reformas na legislação de carta de condução para melhorar capacidades, conhecimentos e competências, introduzindo um regime de condução acompanhada e medidas para reduzir comportamentos perigosos. Outra orientação geral visa o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infrações de trânsito. Na segurança marítima, o Conselho adotou posições sobre inspeção de navios, poluição por navios, obrigações do Estado de bandeira e investigação de acidentes. O Conselho também adotou uma posição sobre pausas e períodos de repouso dos condutores de transporte ocasional de passageiros e sobre a contabilização de emissões de gases no transporte. Além disso, foram discutidos relatórios intercalares sobre dimensões de veículos pesados bem como outras propostas legislativas.

Segurança rodoviária: Conselho adota posições sobre uma circulação rodoviária mais segura na EU

O Conselho Europeu [adotou](#) posições comuns sobre duas propostas da Comissão, parte do pacote legislativo de "segurança rodoviária". A primeira proposta revisa a diretiva da carta de condução, introduzindo elementos como um regime europeu para condutores recém-encartados e uma carta de condução móvel. O Conselho fez alterações, incluindo a manutenção voluntária da redução de períodos de validade para cartas de condução de idosos e a clarificação dos elementos técnicos das cartas de condução móveis. A segunda proposta visa facilitar o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infrações de trânsito, com mudanças introduzidas para esclarecer o escopo, adicionar infrações e fornecer salvaguardas para proteger os direitos fundamentais dos condutores. Ambas as propostas fazem parte do pacote de segurança rodoviária da UE, alinhado com a visão de zero vítimas mortais nas estradas até 2050. A Comissão busca reduzir o número de mortes e feridos graves em 50% até 2030.



Saúde

Comissão adota Programa de Trabalho da UE no domínio da saúde para 2024, com um financiamento de 752,4 milhões de euros para reforçar a União Europeia da Saúde

A Comissão Europeia adotou o [programa de trabalho UE para a Saúde para 2024](#), que visa concretizar as principais prioridades da política de saúde da UE no quadro da União Europeia da saúde. O orçamento de 752,4 milhões de euros impulsionará o seu desenvolvimento e fornecerá financiamento para resolver importantes questões relacionadas com a saúde em toda a UE. Isto implica melhorar a preparação da UE para crises através da Autoridade Europeia de Preparação e Resposta em matéria de Saúde e a

capacidade de responder a desafios como os relacionados com a guerra de agressão liderada pela Rússia contra a Ucrânia. Assegurará também a implantação de iniciativas digitais fundamentais, como o Espaço Europeu de Dados de Saúde, que visa, nomeadamente, fazer uma boa utilização dos dados digitais de saúde para melhorar os cuidados de saúde dos pacientes em toda a UE.

O orçamento de 2024 também ajudará a reforçar a resiliência da UE às ameaças sanitárias transfronteiriças e a implementar a Estratégia Farmacêutica para a Europa e o Plano Europeu de Luta contra o Cancro. Além disso, apoiará iniciativas políticas emergentes, com especial atenção à saúde mental, à saúde global e ao desenvolvimento de medicamentos. Para reforçar o importante papel desempenhado pelas organizações civis na implementação das políticas de saúde da UE, o programa UE para a Saúde (EU4Health) continua a conceder subvenções operacionais de 9 milhões de euros em 2024 e publicará um convite à celebração de acordos-quadro de parceria para o período de 2025 -2026. A adoção do programa de trabalho segue-se a um parecer positivo dos Estados-Membros na reunião do Comité do Programa *EU4Health*, realizada em 28 de novembro. Poderá consultar [aqui](#) a ficha informativa relativa ao programa de trabalho para 2024 agora aprovado.

Conselho aborda a situação das pessoas que sofrem de distúrbios decorrentes do consumo de droga e outras doenças mentais

O Conselho aprovou [conclusões](#) sobre pessoas que enfrentam distúrbios decorrentes do consumo de drogas e outras doenças mentais. Os Estados-Membros são instados a considerar esses distúrbios como um desafio significativo que requer uma resposta abrangente e multidisciplinar. As conclusões propõem políticas de saúde, saúde mental e prevenção da toxic dependência que abordem as necessidades dessas pessoas, com atenção especial a grupos vulneráveis. A associação entre o consumo de drogas e distúrbios mentais é considerada forte pela Organização Mundial de Saúde, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e o Observatório Europeu da Droga e da Toxic dependência. As conclusões destacam a importância da disponibilidade de tratamentos eficazes e acessíveis, independentemente do ponto de entrada no sistema de saúde. Além disso, instam os Estados-Membros e a Comissão a oferecer apoio institucional e financeiro para desenvolver respostas adequadas. A falta de dados fiáveis sobre a prevalência desses distúrbios é reconhecida, incentivando a prioridade à investigação para desenvolver indicadores comparáveis entre países. As conclusões apoiam a Estratégia da UE em matéria de Drogas 2021-2025 e o Plano de Ação da UE em matéria de drogas (2021-2025), identificando a aplicação de modelos de tratamento adequados como uma prioridade estratégica.

Espaço Europeu de Dados de Saúde: Conselho define a sua posição

O Conselho da União Europeia [concordou](#) com um mandato para facilitar a troca de dados de saúde na UE, visando melhorar o acesso e controle dos cidadãos sobre seus registros eletrônicos. O Espaço Europeu de Dados de Saúde (EEDS) busca criar um ambiente específico para dados de saúde, promovendo um mercado único de serviços de saúde digitais. Isso permitirá acesso mais fácil a dados de saúde, beneficiando cidadãos e pesquisadores. O regulamento exige interoperabilidade, clarifica aspectos como escopo e governança, e permite que países decidam sobre a exclusão de pacientes do sistema. As negociações com o Parlamento Europeu estão programadas, com a expectativa de finalização das posições em dezembro de 2023. O EEDS é considerado um pilar fundamental para a União Europeia da Saúde.



Solidariedade Externa da União Europeia, Diplomacia, Cooperação

24ª Cimeira UE-China: empenho na promoção dos nossos valores e na defesa dos nossos interesses

A UE e a China [realizaram](#) a sua 24ª Cimeira em Pequim. As discussões incluíram os desequilíbrios comerciais, a agressão da Rússia contra a Ucrânia e a situação no Médio Oriente. A UE instou a China a usar a sua influência sobre a Rússia para pôr termo à guerra na Ucrânia, a abster-se de fornecer armas letais à Rússia e a evitar contornar as sanções. Foram igualmente debatidas questões económicas, alterações climáticas e cooperação ambiental. A UE manifestou a sua preocupação com as violações dos direitos humanos em Xinjiang e no Tibete, com o trabalho forçado e com a erosão das liberdades em Hong Kong. A UE reafirmou a sua política de "uma só China" e debateu as tensões regionais no Estreito de Taiwan e nos mares da China Oriental e do Sul.

Regime global de sanções da UE em matéria de direitos humanos: medidas restritivas prorrogadas

O Conselho da União Europeia prorrogou por mais três anos, até 8 de dezembro de 2026, o regime global de sanções da UE em matéria de direitos humanos. Esse [regime](#) visa pessoas e entidades responsáveis por graves violações dos direitos humanos em vários países ao redor do mundo. As sanções incluem proibições de viagem para a UE, congelamento de bens e restrições sobre a disponibilidade de fundos para as pessoas e entidades listadas. Atualmente, as medidas restritivas se aplicam a 67 pessoas e 20 entidades. O regime global de sanções, estabelecido em 7 de dezembro de 2020, reafirma o compromisso da UE em denunciar violações dos direitos humanos, independentemente de onde ocorram, e destaca a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos. O regime permite à UE visar indivíduos e entidades envolvidos em violações graves dos direitos humanos em todo o mundo.



Tecnologia, Informática e Comunicações

Inteligência Artificial: Conselho e Parlamento chegam a acordo sobre as primeiras regras do mundo para a IA

Após uma "maratona" de conversações de três dias, a Presidência do Conselho e os negociadores do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre a proposta de regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial (IA), a chamada Lei da Inteligência Artificial. O projeto de regulamento visa garantir que os sistemas de IA colocados no mercado europeu e utilizados na UE são seguros e respeitam os direitos fundamentais e os valores da UE. Esta proposta histórica visa igualmente estimular o investimento e a inovação no domínio da IA na Europa.

O ato legislativo sobre a IA é uma iniciativa legislativa emblemática com potencial para promover o desenvolvimento e a adoção de uma IA segura e fiável em todo o mercado único da UE, tanto por parte de agentes privados como públicos. A ideia principal é regulamentar a IA com base na sua capacidade de causar danos à sociedade, seguindo uma abordagem "baseada no risco": quanto maior for o risco, mais rigorosas serão as regras. Sendo a primeira proposta legislativa do género no mundo, pode estabelecer uma norma global para a regulamentação da IA noutras jurisdições, tal como fez o RGPD, promovendo assim a abordagem europeia à regulamentação tecnológica na cena mundial.

Regulamento Infraestruturas Gigabit: Conselho adota posição para acelerar a implantação das redes de alta velocidade na EU

O Conselho adotou uma posição comum sobre o Regulamento Infraestruturas Gigabit, substituindo a Diretiva de 2014 relativa à redução dos custos da banda larga. O [objetivo](#) é acelerar a implementação de infraestruturas de rede gigabit na Europa, alinhando-se com os objetivos da Bússola Digital da UE para a década. A proposta da Comissão visa reduzir custos, acelerar a implementação e garantir transparência. O Conselho fez algumas alterações, como suprimir a "aprovação tácita" e incluir exceções para municípios de menor dimensão. A posição do Conselho permite autonomia aos Estados-Membros para regras mais detalhadas. O próximo passo envolve negociações com o Parlamento Europeu para avançar com o regulamento. O Conselho considera a revisão necessária devido aos avanços tecnológicos desde 2014 e ao défice de investimento no setor de telecomunicações. A Comissão estima um défice de investimento de cerca de 65 mil milhões de euros por ano para alcançar as metas de conectividade estabelecidas para 2030 no Programa Década Digital.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para [2023](#) e [2024](#).



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Nesta [página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Mercado Português](#).

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Locaton appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)

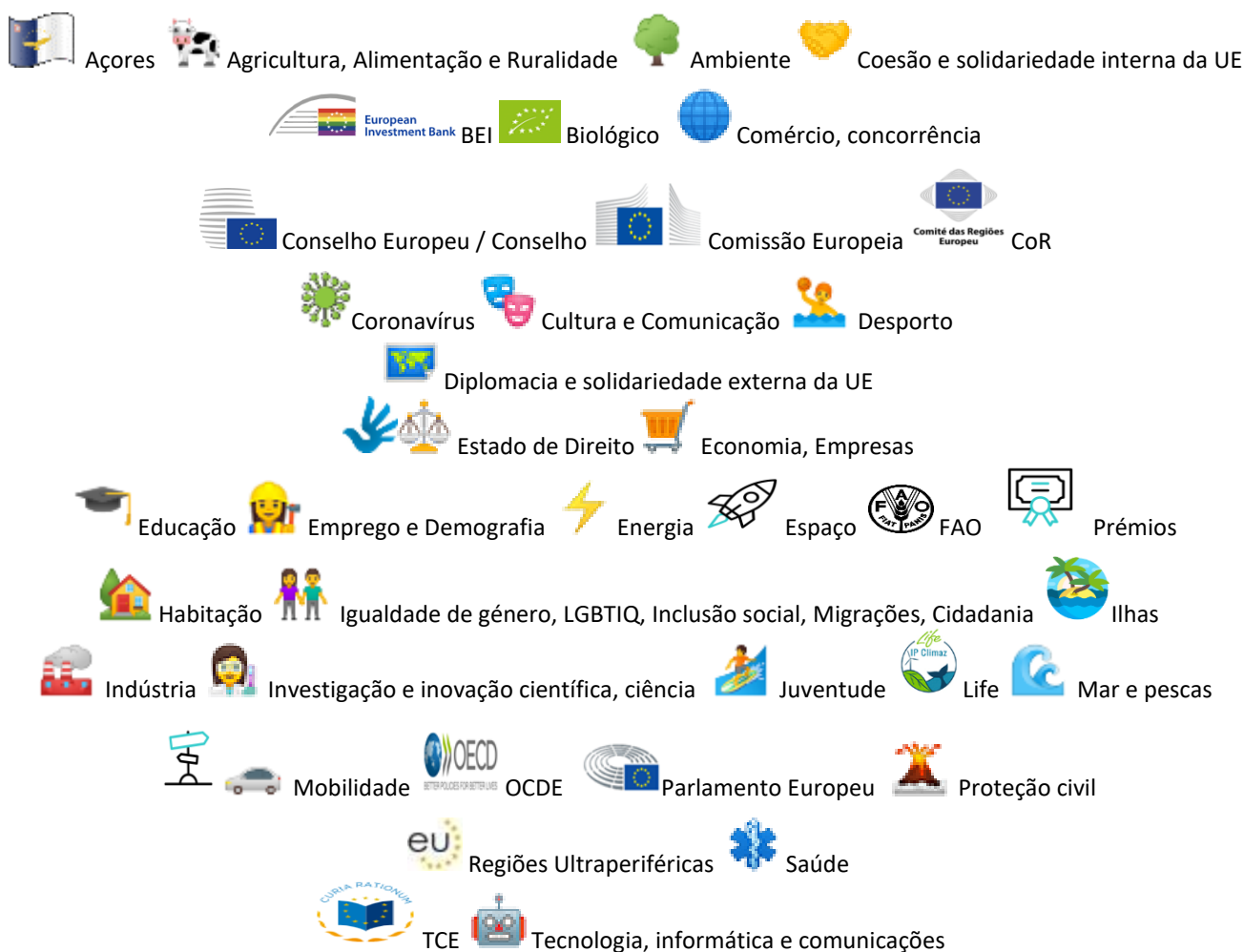


O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:





Turismo



União Europeia, outros

Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa [Política de Privacidade](#) – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!